

O relógio da Banca República, no centro da capital paulista, marcava 20110 quando um cliente entrou à procura de publicações de língua francesa. Ana Domingos Pellegrini, que há 40 anos é proprietária do estabelecimento, prontamente indicou duas ou três opções. Apesar de a jornalista manter uma clientela fiel no consumo de revistas internacionais, Ana admite que nos últimos dez anos viu as vendas das publicações nacionais minguaem. De 2003 para cá, houve uma diminuição de 30%.

Segundo informações do Instituto Verificador de Circulação (IVC), só no primeiro trimestre de 2013, houve decréscimo de 2,7% na circulação de revistas semanais e 6,7% nas mensais. Gilmar Xavier, da Banca Gazeta, uma das mais tradicionais da cidade, localizada na Avenida Paulista, também sentiu a mudança no setor. “Em relação ao que se vendia há dez anos, hoje a venda de jornais é quase zero. Houve uma redução de 90%. Entre as revistas também temos sentido isso, principalmente entre os títulos mais tradicionais.”

Como resultado, segundo o Sindicato dos Jornalheiros de São Paulo (Sindjorsp), o estado passou de cinco mil bancas para 3.500 nos últimos dez anos, acendendo o sinal amarelo na categoria. “Com a queda nas vendas, para equilibrar a conta e manter o seu negócio viável, muitos jornalheiros começaram a colocar outros produtos nas bancas de jornal, como doces, bebidas e sorvetes. O problema é que isso não está previsto na atual lei”, explica José Antônio Mantovani, presidente da entidade.

Como alternativa para tornar as bancas mais atrativas sem colocá-las na mira da fiscalização, tramita na Câmara dos Vereadores de São Paulo o Projeto de Lei 432/2013, de autoria do vereador José Américo (PT). A medida prevê a destinação de 25% do espaço das bancas para a comercialização de produtos não editoriais. “As bancas precisam ter uma flexibilidade maior de produtos para que consigam se manter. Elas ainda são um ambiente cultural importante. Precisamos criar condições para que tenham alternativas para se sustentar”, defende Américo.

O projeto de lei tem o apoio da Associação Nacional de Editores de Revista (Aner) e deve ser votado até o final de agosto. A expectativa é de que, já em setembro, caso aprovado, siga para a sanção do prefeito Fernando Haddad. Vale lembrar que esta é a segunda versão do projeto. Após o PL 562/2011 ser vetado anteriormente

por Haddad, Américo alterou alguns tópicos que abririam brechas para a descaracterização excessiva das bancas. No projeto anterior era permitida a venda de pequenas peças de roupa e brinquedos, além de um espaço de 30% destinado a produtos não editoriais.

BANCA "GOURMET"

Na época em que as bancas davam os primeiros sinais de declínio, as padarias da cidade de São Paulo enfrentavam as mesmas dificuldades. Com a venda do pão e leite em outros estabelecimentos, as padarias perderam espaço, mas encontraram fôlego em serviços diferenciados para reconquistar seu público, oferecendo buffet de sopas e de café da manhã, por exemplo. Para Mantovani, este é um bom exemplo a seguir.

“Temos de reinventar o negócio de dentro para fora. Dá para deixar a banca mais bonita. Estar com um mobiliário feio, ser mal-iluminada e malpintada também contam para um baixo faturamento. Esses novos projetos viabilizarão uma banca nova e treinamento ao jornalista.” Os esforços para resgatar o prestígio e interesse pelas bancas de jornal não param por aí. “Hoje a Aner e o sindicato dos jornalheiros têm trabalhado em conjunto na resolução de uma série de questões, tais como a criação junto ao Sebrae de um curso de capacitação para o jornalista”, completa Regina Bucco, diretora da comissão de venda avulsa da Aner.

Diante da rotatividade de funcionários no setor, a qualificação e melhores condições de trabalho acabam sendo fundamentais para o sucesso do negócio. Segundo Xavier, da Banca Gazeta, desta forma, o profissional desenvolverá melhor suas funções, garantindo maior retorno para o ponto de venda. “Decidi pagar melhor meus funcionários para motivá-los. A banca sempre foi meio que self-service, mas é legal que o cliente seja atendido como em uma livraria. Quando ele for buscar algum material sobre informática, por exemplo, o funcionário deve saber indicar uma ou mais publicações; assim, a pessoa pode levar até mais de uma.”

Ana, da Banca República, concorda sobre o investimento nos funcionários, principalmente para seu estabelecimento, que funciona 24 horas. Para oferecer um atendimento premium, o local conta com ar condicionado e piso de granito. “Tudo isso torna o ambiente mais agradável. A limpeza, a apresentação do produto, a maneira com que você recebe as pessoas. Hoje o cliente é seu convidado.”



JOSÉ AMÉRICO

ANA DOMINGOS

Ainda no pacote de serviços diferenciados, há um projeto do sindicato dos jornalheiros e da Aner que prevê o melhor aproveitamento das laterais e fundo das bancas para a comercialização do espaço publicitário. A ideia é que painéis eletrônicos veiculem campanhas de diversas publicações, viabilizando os custos para a disponibilidade de rede wi-fi gratuita para os clientes.

Para amarrar o conceito de centro de propagação da cultura nas bancas, o vereador José Américo prevê até o final de 2013 a aprovação de um novo projeto, que visa transformar os estabelecimentos em pontos de informação turística. De olho na Copa do Mundo de 2014, período em que a Secretaria do Turismo vai aumentar seus investimentos no setor, o projeto permite que as bancas interessadas se inscrevam para receber treinamento e materiais de apoio adequados para orientar os turistas.

INCENTIVO À LEITURA

Ainda persiste no País a ideia de que a população não é muito interessada pela leitura. O argumento, no entanto, tem caído por terra com experiências como a de Ana, na Banca República, que chega a vender por dia de 80 a 90 livros. Como forma de atrair seus clientes, a jornalista aposta em livros de baixo custo, que compra sem consignação de grandes distribuidoras e editoras. “Vendo desde pocket books a livros de política, arte e acadêmicos. Tenho clientes que

pagam R\$ 200 num livro superespecial de arte africana até os que preferem a área de marketing, desenho gráfico ou os mais populares.”

Com um cenário animador nesse segmento, Ana vê com bons olhos a aprovação do vale-cultura nas bancas. Recentemente, representantes da Aner e do sindicato dos jornalheiros estiveram com a ministra Marta Suplicy a fim de defender o benefício nos estabelecimentos. “A proposta foi muito bem aceita pela ministra, que também afirmou que o projeto irá contribuir para melhorar a função social do jornalheiro”, explica Regina.

Para Mantovani, apesar do otimismo em relação ao Ministério da Cultura, o tema é complexo, porque ainda é preciso definir como será descontado o benefício nos estabelecimentos. Outro problema para a aprovação do projeto diz respeito a um impasse burocrático. Isso porque o governo não vai permitir que perfis de pessoa física tenham a máquina para descontar o vale-cultura. No Brasil, quase 90% dos jornalheiros vivem nessa situação.

“Estou fazendo um trabalho de orientar os colegas a mudarem para o perfil de pessoa jurídica, desta forma serão vários os benefícios. Eles serão legalizados, deixarão de trabalhar na economia informal. Se forem comprar uma banca nova, ou modernizar seus equipamentos, o apoio à pessoa jurídica no banco é duas vezes maior”, explica Mantovani.